

Almirante John Pascoe Grenfell

## GRENFELL E A INDEPENDÊNCIA DO PARÁ

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

**P**ortugal exerceu, em vasto trecho do espaço amazônico, durante duzentos e sete anos, o direito de soberania, decorrente de descobrimento, conquista, exploração e domínio ininterrupto. Principiara, em 1616, com a fundação do fortim do Presépio, por Francisco Caldeira de Castelo Branco, raiz da Cidade de Belém e ponto de partida para toda aquela operação que lhe valeu um

império de gigantescas proporções, que em 1823 passaria a integrar o Império Brasileiro, estabelecido no ano anterior e para cuja criação os que haviam nascido na Amazônia não se mostravam indiferentes ou em oposição. No decorrer dessa empresa política, registraram-se episódios que importaram a constatação de que aquela soberania não se exerceria tranqüilamente, em-

bora, insista-se, em nenhum momento interrompida ou perigando. Inicialmente, foi a presença de ingleses e holandeses, que, chegados antes de 1616, mantinham-se na região do delta, costa do Amapá e região dos estreitos, com feitorias para o extrativismo vegetal e animal, no caso os peixes, e com pequenos estabelecimentos militares, vencidos na resistência que pretenderam oferecer. Depois, foi a vez dos franceses que, descendo de Caiena, tentaram conquistar a costa até a foz do Amazonas, também repelidos. Por fim, os espanhóis, que se atribuíam, pelo Tratado de Tordesilhas, um título de legitimidade para seu intento de posse efetiva: no Solimões, com aldeias montadas pelos Jesuítas a serviço da Espanha; no alto Rio Negro e no vale do Rio Branco, que atingiram em expedições militares, facilmente contidas, e já no momento da definição demarcatória, decorrente do Tratado de S. Ildefonso, de 1777, na pretensão de ocupar novamente o Solimões.

Em todos os encontros, com ingleses, holandeses, franceses e espanhóis, a vitória foi alcançada pelos luso-brasileiros, que, num sertanismo sensacional, na busca da *droga do sertão*, a especiaria local, de grande procura nos mercados europeus, haviam promovido o crescimento do espaço político, criando uma Amazônia lusitana, posteriormente brasileira, de proporções que viariam assegurar, ao Brasil em formação, aquela característica, marcante, de país-continente.

Missionários, colonos, sertanistas, militares, servidores do Estado, montando núcleos urbanos, fortins, para assegurar o domínio, explorando a natureza virgem, organizando os serviços públicos, estabelecendo, portanto, uma ordem que se tornou efetiva e definitiva pela elaboração de uma sociedade mestiça, de que participavam portugueses, inclusive casais açorianos, aborígenes locais e pequeno contingente negro-africano. Uma política de Estado, decretada de Lisboa, visando à permanência daquela soberania, importava admirável trabalho de integração e de valorização que tomou proporções sob o consulado do Marquês de Pombal,

quando toda uma série de medidas de incentivo, de preservação, de segurança, foi mandada aplicar, com resultados memoráveis. Até na defesa do equilíbrio da natureza, espoliada ardentemente pelos colonos, no apetite desenfreado e no primarismo de sua aventura econômica, cogitou-se numa legislação, realmente refletindo a sabedoria por que, no Reino, era estimada a ação de presença e de permanência dominadora de Portugal na região.

As condições geográficas tinham indicado a conveniência de desligar-se aquele pedaço do império na Sul-América de sua subordinação ao Brasil. E ao lado do Estado do Brasil, criara-se o Estado do Maranhão e Grão-Pará, mais tarde do Grão-Pará e Maranhão e, finalmente, do Grão-Pará e Rio Negro.

Ao findar o século XVIII, a Amazônia, separada do Brasil, com capital em Belém, compunha-se de duas capitanias: a do Grão-Pará e a de São José do Rio Negro, posteriormente Estado do Amazonas. Sua vida processava-se, insista-se nesse aspecto de sua realidade, inteiramente à revelia da vida que se processava nas outras partes do Brasil. Suas relações com o outro Brasil, representado não no Rio de Janeiro, no Sul ou no Nordeste, mas no Brasil Central, de Goiás e Mato Grosso, operara-se pelos Rios Tocantins-Araguaia e Madeira-Mamoré-Guaporé. Eram relações mercantis que durante algum tempo tinham possuído intensidade, certa vitalidade, mas que, às vésperas do fim do período colonial, já não possuíam o mesmo vigor. Tudo lhe chegava, diretamente, pela via atlântica, de Lisboa e não do Rio. Essa situação começaria a alterar-se com a vinda da Família Real, em 1808, quando o Rio de Janeiro passou a substituir Lisboa e a exercer aquela posição, não mais transitória, excepcional ou medíocre, de coordenadora da colônia, pois que ascendia, com a presença da Corte, à condição de sede de Monarquia, com a conseqüente posição nova de região, autônoma, da velha Monarquia portuguesa.

A Amazônia quase crescera, nesse fim de período. Em 1786 e 1790, o Governador Lobo D'Almada, do Rio Ne-

gro, projetara lançar-se sobre os territórios espanhóis do Cassiquiari, em movimentos rápidos, visando incorporá-los ao domínio de Portugal. Entre 1790 e 1803, D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho projetara ocupar a Guiana Francesa, para conter as penetrações que de lá continuavam a efetuar-se sobre a área do Amapá e, mais, para evitar a contaminação ideológica da Revolução, que já fizera emigrar, para Belém, colonos que fugiam ao movimento. Em ambas as oportunidades, os projetos não se corporificaram porque os altos escalões da Coroa, desaprovando-os, contiveram o apetite territorial dos dois governantes.

Com a invasão francesa a Portugal, no entanto, aquele segundo plano fora realizado, ocupando-se Caiena e territórios adjacentes de 1808 a 1815. Então, o Intendente, futuro Marquês de Queluz, sugeriu a D. João a incorporação das duas outras Guianas, a britânica e a holandesa, mais a venezuelana que, somadas à luso-brasileira, isto é, o que é hoje o Território do Amapá, comporiam um Reino, vassalo de Portugal.

A economia que se realizava já não era tão expressivamente a da coleta da *droga do sertão*. Realizava-se uma experiência agrária e um criatório, incentivados pelo Estado. Plantava-se cacau, cana, café, algodão, fumo. Criava-se gado no Marajó, no baixo Amazonas e nos campos do Rio Branco. A mineração não constava das atividades materiais. A exportação de produtos primários era intensa, em particular as madeiras. Com elas, fizeram-se os pisos, tetos e portas do Palácio de Queluz. Havia pequenos estaleiros de construção naval, pois que todo o vaivém de homens e mercadorias se operava com a utilização das águas dos rios da grande bacia hidrográfica. Em Belém, funcionava estaleiro de maiores proporções, criado pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A vida urbana processava-se em pouco mais de 50 sedes de municípios. Belém era o maior núcleo. Na Capitania do Rio Negro, em Lugar da Barra, hoje Manaus, disputando a Barcelos o comando político da região, concentrava-se a população

maior. Os algarismos que expressavam, demograficamente, a Amazônia, eram, em 1799: 67.918 habitantes, no Pará e 15.480, no Rio Negro, portanto, 83.454; em 1816, 94.125. Havia um bispado, criado em 1720 e duas vigararias gerais, uma em Santarém e outra no Rio Negro. As comarcas eram também duas. Do ponto de vista da preocupação cultural, o que havia de mais importante era o Jardim Botânico, criado graças à contribuição trazida por dois emigrados franceses, de Caiena, Jacques Sahut e Renée Crenouilier. Um teatro, começado em fins do século XVIII, em Belém, risco do arquiteto Antônio José Landi, não fora concluído. Faziam-se pequenas representações em locais não apropriados. O ensino circunscrevia-se às escolas laicas, estabelecidas depois da perda de poder das ordens religiosas, no Seminário Episcopal e num curso de maior graduação, mandado funcionar pelo último Capitão-Geral, o Conde de Vila Flor.

A essa altura, convém lembrar, a Amazônia via-se cercada por territórios em plena agitação política, que levaria à mudança do sistema de vida, fruto da ideologia do *Iluminismo* e da Revolução Francesa. Em Caiena, registravam-se ocorrências desagradáveis, entre colonos e escravos africanos, provocando a emigração de proprietários. Na área de raiz espanhola, a revolução principiara em 1810 e já atingira as fronteiras com o Brasil. As medidas de segurança, como era natural, se vinham adotando, receosas as autoridades do que pudesse ocorrer em conflito com os interesses de Portugal. As guarnições eram mantidas, na fronteira, em permanente estado de alerta e o desembarque, em Belém, realizado sob severa inspeção. No Arquivo Público do Pará, encontra-se interessante documentação referente a esse estado de espírito e às instruções expedidas do Rio, para evitar o contágio das idéias perigosas ao regime político vigente. No alto Rio Negro, também os rebeldes espanhóis do Orenoco, através do Cassiquiari, procuravam seduzir a guarnição brasileira da fronteira, ao mesmo tempo que faziam ameaças de invasão.

O esforço de preservação, no sentido de evitar a penetração da ideologia

francesa e norte-americana, no entanto, não produzira os frutos imaginados. E já em denúncia ao Conde da Barca, sobre reuniões que se realizariam na residência do Ouvidor Joaquim Clemente da Silva Pombo, dizia-se que tais reuniões eram assembléias em que se discutiam as novidades dos *pedreiros livres* e jacobinos. Quando, por isso, à nova do movimento do Porto, de 1820, os ânimos começaram a exaltar-se, não havia de que admirar-se. E a 1º de janeiro, depois de acerto do movimento, na casa do comerciante João Batista da Silva, às sugestões de Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, a guarnição de Belém rebelou-se, depondo a Junta, que substituíra o Conde de Vila Flor, que fora ao Rio para casar-se, organizando-se outra, e desse modo iniciando-se a série de acontecimentos que findariam com o Sete de Setembro. A Amazônia, com o pronunciamento de 1º de janeiro, fizera-se pioneira. Porque só de então em diante é que, seguida pela Bahia, começaria, em profundidade, a mudança política no Brasil.

Essa mudança política não mais se conteria, porém, no simples objetivo da aceitação do liberalismo, que se anunciara no Porto, em 1820. Porque, enriquecida ou modificada entre nós, tomara uma nova cor, a de separação, o que significaria a ascensão soberana, como estava sucedendo nas outras áreas das Américas e já sucedera nas treze colônias inglesas, constituídas em União Norte-Americana desde 1776, e também no Haiti desde 1804. O que seria de esperar, no particular da Amazônia, face aqueles acontecimentos tão expressivos, é que ela, de logo assumisse posição de relevo, partindo para o aceleração do processo de autonomia total. Tal, no entanto, não sucedeu. As autoridades portuguesas, à frente delas o Brigadeiro José Maria de Moura, impediram, a todo custo, a iniciativa. Toda sorte de atos enérgicos, violentos mesmo, praticaram-se. Movimentos revolucionários, a 14 de abril e a 28 de maio de 1823 foram esmagados. O governo municipal, representado na Câmara de Belém, dissolvido, como também dissolvida a Junta de Governo. A que ele nos extremos de sua

ação, fizera constituir, mostrara-se indecisa em certos momentos, mas desaprovara, por fim, a sentença de morte, decretada contra os que tinham tentado a revolução emancipacionista. O jornal *O Paraense* foi fechado e confiscada a tipografia, circulando, em substituição, o *Luso-Paraense*. Aquele defendia a independência; este, o retorno à condição de colônia.

A agitação, todavia, não se encerrara. As denúncias, que chegavam do interior, mostravam que a idéia de emancipação tomava corpo. A essa altura, em Lisboa, cogitava-se em graduar a Amazônia em vice-reinado, desligado do corpo do Brasil.

Na noite de 11 de agosto de 1823, no entanto, fundeava no Porto de Belém o Brigue de Guerra *Maranhão*. Hasteava o pavilhão imperial. Comandava-o John Paschoe Grenfell, da frota com que Lord Cochrane, depois de integrar, ao Império, a Bahia, realizara igual façanha no Maranhão, completando o esforço que os baianos e os maranhenses vinham fazendo para opor-se a permanência do domínio de Portugal e integrar-se, em definitivo, na família brasileira do novo sistema, o imperial, que o Príncipe D. Pedro, com o gênio político de José Bonifácio, adotara como fórmula para a experiência política que o Brasil passava a adotar.

Cochrane, depois do êxito que alcançara em São Luís, determinara a viagem de Grenfell ao Pará. Era preciso encerrar a aventura que militares portugueses, com a cooperação de homens de negócio, também portugueses, sem quererem aperceber-se do fato consumado que era a Independência do Brasil, teimavam em promover. Nas instruções baixadas, a 5 de agosto de 1823, ao comandante do Maranhão, o almirante inglês a serviço do Brasil dizia: "Sendo muito duvidoso, nas circunstâncias actuaes, eu poder seguir a minha primeira intenção qual a de ir com a não *Pedro Primeiro* ao Pará, tenho resolvido mandar Vm. e deixar à sua descrição (discreção) os pontos de menor importância, dando-lhe as seguintes regras para a sua conducta em geral: 1º — Depois de tomar um práctico, Vm. se dirigirá ao Pará e onde

diligenciará para obter outro pratico do rio Salinas, e, se achar que o primeiro não será capaz de o levar para cima. 2º — Tomará todas as cautelas para que não haja comunicação com a terra, nem levar cartas, a excepção das que eu lhe entregar. 3º — As ordens que lhe dou, em portuguez, são as que pode mostrar, e vão dirigidas a Vm. devendo ser consideradas como dirigidas e datadas deste navio na entrada do Pará, que deve suppor alli ancorado. É necessário fazer crer ao Governo do Pará que Vm. não está só, mas que eu e a esquadra estamos próximos e promptos a cooperar; portanto deve Vm. encher nas cartas em portuguez a data do dia em que Vm. chegar á boca do rio. 4º — Vm. será o portador de tres officios dirigidos á Junta do Pará, dous dos quais contem impressões e o terceiro é uma notificação de bloqueio; portanto no mesmo dia de sua chegada á barra do Pará deve encher as datas dos ditos officios e a notificação official de bloqueio, e sem attenção ao tempo que poderá gastar em subir o rio acima.

Vm. perceberá que minha intenção é por estes meios effectuar objetivos que requerem uma expedição, por isso toda a providência e expediente são necessários. É essencial que quando fundear debaixo do forte, e içar a bandeira parlamentar Vm. ir pessoalmente em seu escaler com outra bandeira parlamentar fundear com um ancorote em distancia regular e esperar um escaler de terra, até garrar em distancia propria e ali esperar que um bote venha de terra para receber os despachos que leva. O outro objecto que tem a fazer, depois de libertado o Pará, é apossar-se da nova fragata e se se achar com falta de marinheiros, tem Vm. liberdade, não podendo fazer melhor, deixar o brigue, com o fim de tripular a fragata e transportá-la ao Rio de Janeiro.

Dos seus esforços e bom manejo tudo espero e que conseguirá uma entrega amigável e aquilo que for importante a S.M. Imperial.

Queira ler a carta que está aberta, para lhe pôr a data.

Ahi, verá as condições offerecidas á Junta do Pará que são as mesmas que aceitou a do Maranhão.

Inclusos achará os sinais secretos e algumas gazetas e impressos do que se passou no Maranhão.

Se o Pará se entregar requeira ao Governo, para lhe dar o que for preciso; senão pode voltar ao Maranhão na sua ida para o Rio de Janeiro, depois de ter completado seu objecto ou mesmo no caso de fallência.”

Cumprindo ordens, Grenfell, à entrada da barra, recebeu a bordo um caboclo, que se dizia pratico da mesma barra, o qual ao saber que o *Maranhão* era de Bandeira Brasileira, immediatamente se prontificou a trazer a embarcação a Belém. Acompanhemos o acontecimento, no entanto, no descriptivo do historiador paraense Almeida Pinto, no “Catálogo Histórico dos homens que têm governado a Província do Grão-Pará desde que nela se aclamou a Independência do Brasil,” manuscrito ainda inédito, existente no Instituto Histórico e Geográfico do Pará: “A 7 de agosto appareceu nas águas de Salinas um brigue de guerra, que sustentava galhardamente a bandeira Brasileira, que ninguém alli conhecia; todo esse dia pediu pratico, e vendo que lhe não foi dado, apesar de tantas vezes o ter pedido, ao amanhecer do dia 8 arvorou a portugueza, e recommençou a pedil-o, e teve o mesmo resultado que no dia anterior: O sargento no primeiro dia prohibiu o auxilio do pratico por desconhecida a bandeira, e no segundo, por desconfiar da mudança como tática.

“À alta hora da noute desse dia 8, o pratico Fortunato José Martins, que tinha concebido o plano de fazer o serviço pedido sem ser percebido, embarcou á 1 hora da madrugada, chegou a bordo do brigue, onde foi informado que a primeira bandeira era a brasileira, que pela primeira vez tremulava sobre as aguas paraenses, e o brigue se denominava *Maranhão* — que procedia da Província do Maranhão, e que o seu comandante era o capitão-tenente da nascente esquadra brasileira John Paschoe Grenfell.

Ao amanhecer o dia 9, o brigue suspendeo ancora, e seguiu a sua derrota, demandando a barra da Cidade; na-

vegou todo esse dia e o de 10, fundeando ás 7 horas da noute desse ultimo dia em frente á ilha dos Periquitos, e fora do alcance da artilharia da Fortaleza da Barra, tatica indispensavel: Não admira que o sargento commandante do destacamento não desse por falta do pratico; o que desperta a attenção é saber-se que elle não avisou o commandante das armas da appareição da bandeira desconhecida, como lhe estava ordenado.

Ao raiar do dia 11 navegava no Guarará uma Igarité pequena, tremulando-lhe á popa uma bandeira brasileira, muito proxima, e com direcção ao Brigue, e sempre do lado da ilha dos Periquitos, e portanto fora do alcance da artilharia da Fortaleza, e, alcançando o brigue, neste desembarcou o paraense José Quaresma, tenente de 2.<sup>a</sup> linha ou milicias, e escrivão do Arsenal de Guerra; trajava sua casaca (farda) e se havia adornado com fitas verdes e amarellas e a bandeira foi feita por elle, posto que mal arranjada com retalhos de fazendas proprias, que o seu enthusiasmo lhe forneceo, porem, que representava a brasileira: Este paraense foi recebido pelo commandante e officiais do brigue ao Portaló, e o commandante o levou para a sua câmara, onde o conversou por muito tempo, colhendo as informações que lhe convinhão, e feito isto, o visitante se despedio, sendo considerado pela fórma com que fôra recebido, e seguiu na sua retirada o mesmo rumo."

Na instrução à Junta paraense, Cochrane dizia-lhe: "Depois da libertação da Bahia, tendo conseguido com as forças navaes e militares, debaixo do meu commando, livrar os dignos habitantes do Maranhão da sujeição em que se achavam debaixo do jugo portuguez e lhes dar o poder de livremente declarar a sua independencia e obediencia ao Magnanimo e Constitucional Imperador do Brasil: agora gosam o glorioso privilegio, que se offerece nesta occasião a VV. EEx. de fazer as suas proprias leis, privilegio que faz a distincção entre homens livres e escravos.

Tendo-se feito a mudança no Maranhão da maneira a mais pacifica, e a Independencia, a adhesão á Constituição

tendo sido declaradas e juradas, julguei do meu dever não perder tempo em offerecer a mesma liberdade e protecção aos dignos habitantes do Pará; mas, antes de levar força á presença delles, desejo apresentar-lhe uma occasião para fazer a espontanea declaração dos seus sentimentos, e por isso mando o brigue de guerra *Maranhão*, ultimamente "Infante D. Miguel", entregar esta e trazer a resposta.

Não ha duvida nenhuma que logo que o Pará se ajuntar ao Brasil, haja paz em toda a parte.

Offereço então aos portuguezes no Pará os mesmos termos favoraveis como no Maranhão; mas no caso de recusarem acceital-os, e dahi causarem o derrame de sangue, será do meu dever obrigar-os a render-se á discreção.

No entanto, inclusa remetto a declaração do bloqueio do Pará, junto com o auto da Camara do Maranhão, que VV. EE. depois de os ler terão a bondade de me mandar."

No tocante às condições, Cochrane estabelecera: "Toda a propriedade dos brasileiros e dos portuguezes que tomarem o juramento de obdiência a S. M. Imperial será assegurada; mas toda a propriedade no Pará pertencente a portuguezes em Portugal, como aos portuguezes no Pará que se recusarem a tomar o juramento, será tomada e será transportada ou para o Rio de Janeiro para adjudical-a, ou será vendida, e o dinheiro junto com os documentos se remeterá para o Ministro das Finanças no Rio de Janeiro."

Como era natural, a novidade sensacional da presença de uma força naval nas cercanias de Belém, comprovada pela do Brigue *Maranhão* já ali visto, provocou entusiasmo e agitação. A Junta reuniu-se para examinar a situação e deliberar a respeito. José Maria de Moura, pretendeu, de logo, reunir seus officiais, em conselho, para tomar attitude, intimando a Junta a que aguardasse a decisão que fosse alcançada no meio militar. A Junta recusou temporizar. Ouçamos, novamente, Almeida Pinto: "... abriu-se a sessão as 8 horas da noite, e o Presidente declarou, que fôra feita aquella convocação,

por ter a Junta recebido officios de Lord Cochrane 1º Almirante da Armada Brasileira, procedente do Rio de Janeiro, assim como o manifesto de bloqueio da entrada da barra da Cidade, e assim mais um officio da Junta Provisoria do Maranhão, exigindo em seu officio o referido Almirante em nome de S. M. Imperial o Sr. D. Pedro I Imperador do Brasil, que a Provincia do Pará adherisse á independencia do Brasil, constituindo-se um Imperio separado e independente de Portugal, e, lidos todos estes documentos pelo secretario da Junta, assim como o periodico, em que estava publicada toda a correspondencia relativa a adhesão da Provincia do Maranhão á independencia do Imperio, tomou o Bispo a palavra e disse, que o fim daquela reunião era *decidir qual o systema que convinha adoptar*, considerando que em presença dos documentos já lidos e das duas tentativas que se havião operado em abril, e em maio, a tranquillidade e salvação dos povos aconselhavão adherir a independência, e formar communhão com as demais Provincias, visto como se podia chegar sem effusão de sangue ao fim desejado, e sem os horrores da anarchia, da qual convinha acautelar a Provincia, que estava cansada de lutar, e perder seus filhos, cujos braços se faziam sentir na lavoura; e que mesmo parecia partir da mão de Deus, uma tão favorável ocasião.

As reflexões do Bispo Presidente da Junta forão acceitas com enthusiasmo, por um grande numero de membros daquella reunião ou assembléa, pois já tão grande era o número das pessoas, que a representavão, e *procedendo-se a votação, ficou decidido unanimemente, que se reconhecesse a independencia do Brasil*, e o seu Imperador o Sr. D. Pedro de Alcantara: E como o commandante das armas, brigadeiro José Maria de Moura em presença da votação, visse perdidas as suas esperanças, e grandes esforços pela conservação das suas causas, lançou a ultima carta, tomando a palavra, e disse, que somente anuiria quando se verificasse a existencia, e qualidade das forças do bloqueio, assim como da esquadra.

O Bispo submetheo a deliberação da assembléa ou Junta a proposta do com-

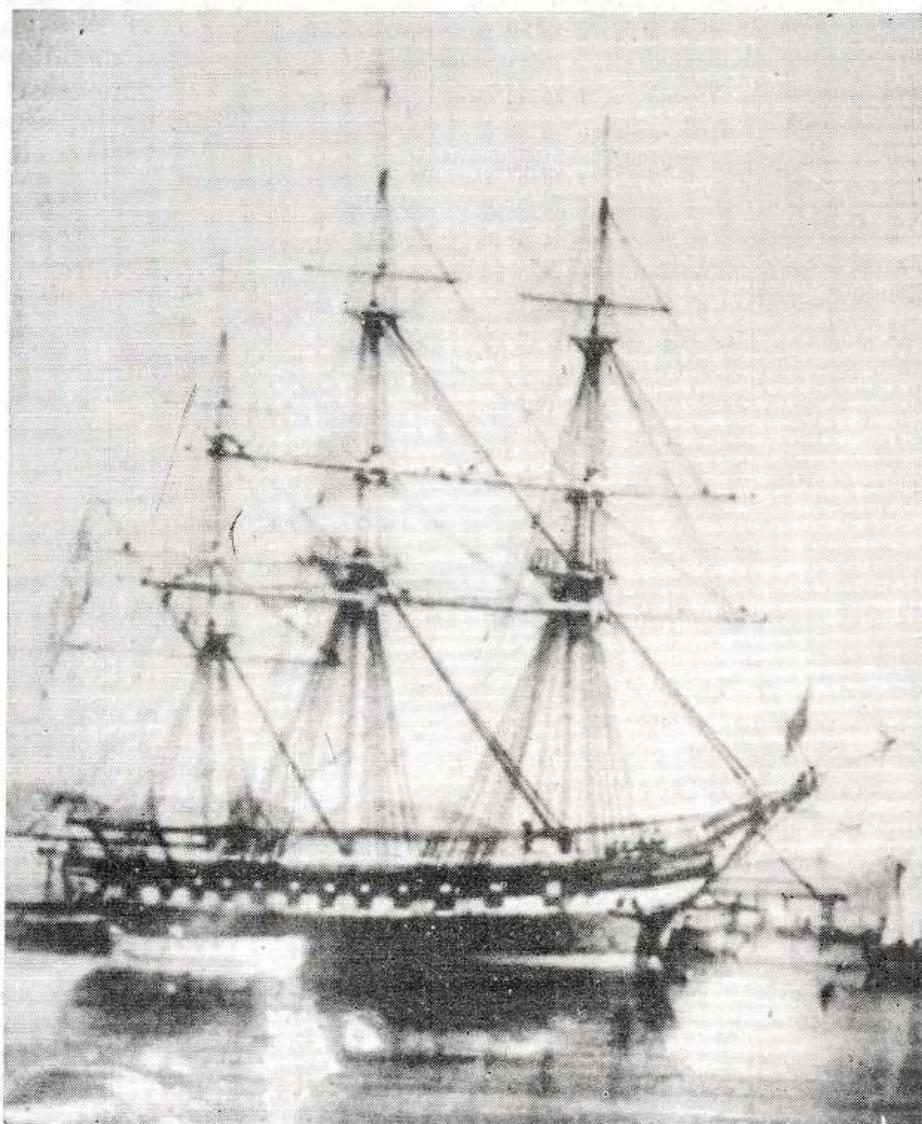
mandante das armas, e esta, a excepção de oito pessoas, decidiu definitivamente, que se reconhecesse e proclamasse a Independencia sem clausula alguma.”

Grenfell, senhor da situação, prontamente communicou o que ocorrera a Cochrane: “Tenho a honra de informar V. E. que os seus desejos de reunir o Pará ao Imperio do Brasil estão verificados — Adherencia a S. M. Imperial foi hontem declarada sem a dissensão de uma só voz, excepção do commandante das armas.

Na conformidade das *instruções* de V. E. abri a communicação com o fim de me habilitar a completar as negociações, segundo os poderes com que V. E. me honrou e seguirei exactamente as *instruções* de V. E.

Como a escuna Bella Eliza segue para o Maranhão, aproveito esta ocasião para dar a V. E. esta notícia, reservando para occasião mais segura remetter as communicações officiaes.”

Posteriormente, em outro communicado, escrevia: “Pela sumaca Nova Mendengue eu aproveito a oportunidade para enviar-lhe uma carta informando-o mais detalhadamente do que poderia pela Escuna *Elisa*, do resultado favorável do seu bem urdido plano — Ancorei ao largo da cidade na noite de 11 do corrente e na manhã seguinte saudei a bandeira imperial. Depois, houve as várias communicações de costume para explicar as intenções de Lord Cochrane. Tive o prazer de verificar que na manhã do dia 15 as baterias, a fragata e a Charrua *Gentil Americana* içaram a bandeira imperial. Às 10 hrs. SMI foi proclamada na praça do Palacio, no meio das mais unânimes e entusiásticas expressões de alegria de toda a cidade ali reunida. No dia seguinte, foi eleito, por sufrágio geral, um governo provisório e foram tomadas todas as providências para assegurar a paz e a independência do Pará. Tomei posse da fragata com o nome de *Imperatriz* assim como a charrua e 10 barcos de mercatores, a maioria deles com lastro; com todos irei agir de acordo com as suas instruções. Na outra noite quando embarca-



Fragata Imperatriz

va no meu escaler fui gravemente apunhalado no lado direito; por mim, foi um grupo de portuguezes que pretendiam atacar o brigue; devido as medidas que eu imediatamente adotei, eles foram todos aprisionados e uns 150 foram colocados a ferros. Despachei ontem o ex-general das Armas e o ex-coronel do 1º regimento para Gibraltar, num navio cujo casco e carga estão bem autenticados como brasileiros; pretendo enviar outro com o restante dos prisioneiros portuguezes e então não terei mais nada a fazer a não ser voltar-me a fragata que não possui ainda seus mastros reais os quais já estão prontos no arsenal. Se o senhor puder conseguir uma amarra e alguém seria muito desejavel, já que serei obrigado

a fazer todos os tipos de substituições na mastreação. É um bonito navio mas está quase arruinado devido a negligencia. Tenho grande prazer em informá-lo do bom comportamento de todos os meus homens e da conduta zelosa dos senhores Watson e Subrá.”

O atentado contra Grenfell significava a existência do propósito de reacção, inconformados militares e negociantes portuguezes com a aceitação da Independência. Denúncia de um plano terrorista, levada às autoridades, deu em resultado a prisão dos que eram apontados como cabeças e participantes mais ativos do plano, entre eles, como já vimos, o Coronel Vilaça e o Brigadeiro José Maria de Moura.

Entre os que haviam lutado pela independência, as dúvidas, receios e já discordâncias não se encerravam ou começavam. A Junta, eleita no auge do entusiasmo do primeiro momento, era heterogênea: presidente, Geraldo José de Abreu; secretário, José Ribeiro Guimarães; vogais, cônego João Batista Gonçalves Campos, João Henrique de Matos, Felix Antonio Clemente Malcher. Ribeiro Guimarães fora o denunciante dos irmãos Vasconcelos e de Patroni em 1821, acusando-os, textualmente, da *infernal idéia de independência*. Por que, portanto, integrar agora a Junta? Como explicar aquela posição, ao lado de Batista Campos e de Malcher, reconhecidamente os mais antigos próceres da agitação pro-emancipação antes de 15 de agosto? A eleição, convém notar, decorrera por entre séria agitação, trocando-se doestos e ocorrendo incidentes sérios.

Elementos moderados, a cuja frente estava o Bispo Romualdo de Souza Coelho, em memorial à Junta, apelaram para o esquecimento dos agravos, do passado recente. O bem coletivo explicaria o novo comportamento a adotar. Os exaltados, no entanto, entendiam que chegara a hora do ajuste de contas e da entrega da Província aos seus filhos, excluídos os que, até ontem, procuravam impedir a hora nova que se começava a viver. E sob esse estado de espírito, pleitearam a demissão de servidores suspeitos. A Junta não decidiu de pronto, numa atitude prudente. Ademais, não funcionava em harmonia. Mandou, porém, repor a Câmara de Belém, que o Brigadeiro havia dissolvido.

As denúncias amiudavam-se. Os protestos contra a permanência de oficiais portugueses na tropa eram constantes. Do interior, chegavam notícias de desentendimentos entre portugueses e brasileiros. O atentado contra Grenfell, devidamente apurado, indicava o ódio daqueles contra o marujo britânico, que eles responsabilizavam pela integração do Pará, e com o Pará, de toda a Amazônia, ao Império. Apurou-se, como autores da façanha, dois marinheiros portugueses, de um barco que chegara do Tejo, e dois comerciantes locais, também portugueses.

Na madrugada de 15 de outubro, rebelaram-se as unidades militares, depondo o Presidente da Junta e aclamando, para dirigi-la, o Cônego Batista Campos. A anarquia tomou conta da cidade: assaltos a residências de portugueses, arrombamentos e saques a estabelecimentos comerciais dos mesmos. Em breve, à desordem, contra a qual já não dispunha de meios militares que lhe permitisse contê-la, Batista Campos pediu a ajuda de Grenfell, que atendeu, mobilizando toda a força naval surta ao porto, isto é, marinheiros de todos os barcos ali fundeados. Deu desembarque. Agiu com rapidez e energia. Quantos encontrados de armas nas mãos ou praticando excessos, foram aprisionados, e após tentativa de levante, mandados recolher ao pontão *Palhaço*, onde, depois de outra tentativa de rebelião, tiroteados pela guarnição, que sobre eles lançou cal. Ao amanhecer do dia 22, restavam com vida apenas 4 dos 256 presos. Cinco outros, antes, na praça do Palácio do Governo, haviam sido fuzilados.

Batista Campos, preso por ordem de Grenfell, foi deportado para o Rio de Janeiro. Assumiu a presidência da Junta, em nova eleição, o Dr. Antônio Correa de Lacerda, português de nascimento, naturalista, uma das maiores expressões da cultura da Amazônia, na época, mas partidário aberto da Independência.

As acusações a Grenfell pelo que sucedera no decorrer do restabelecimento da ordem, em particular os sucessos do *Palhaço*, começaram. Grenfell defendeu-se. Negou responsabilidade no quadro sangrento. Abriu-se inquérito. Lançou-se proclamação pedindo ordem e tentando explicações. Por toda a Província, no entanto, principiaram, intensificando-se rapidamente, pruridos xenófobos. Os incidentes explodiam por toda a parte. Ninguém se sentia mais seguro. Substituindo Batista Campos à frente dos exaltados, estava agora Clemente Malcher, que não podia conter os ânimos.

Em sua correspondência com Cochrane, Grenfell punha-o ao conhecimento do que estava ocorrendo. E no âmbito de sua competência, agia para dis-

ciplinar o porto, no vaivém das embarcações, no recrutamento de pessoal, na utilização de marinheiros portugueses que desejassem servir ao Brasil, no cumprimento tranqüilo de suas obrigações funcionais. Por fim, no particular das presas de guerra, atuava com singular cautela: fez constituir uma comissão do almirantado e, com a cooperação dela, do Ouvidor da Comarca da Capital e do Juiz da Alfândega, José Tomaz Nabuco de Araújo, que seria avô de Joaquim Nabuco, procedeu de acordo com as normas legais.

A situação, a essa altura, piorara. Todo o interior estava praticamente em armas. E Cameté, no Tocantins, pondo-se à testa de um movimento de reivindicação nacionalista, iniciou a comoção. Navios de guerra, sob o comando do Tenente Vitor James Subrá, imediato de Grenfell, bombardearam a vila. O resultado foi negativo. A Província foi declarada em perigo. As escaramuças cresceram. Em Santarém, constituiu-se uma Junta Militar para conter a onda de agitação. Do Rio Negro, desceu expedição para cooperar no restabelecimento da ordem. Grenfell foi solicitado a agir com maior intensidade. Essa colaboração limitou-se, porém, à preparação de nova expedição naval, que deveria dirigir-se a Cameté, quartel-general da comoção cívica. A Junta e a Câmara Municipal de Belém, face à comunicação do comandante inglês, de que deixaria o porto, a caminho do sul, lançaram protesto, responsabilizando-o pelo que sucedesse de negativo daí por diante e denunciando-o aos Ministros da Marinha, da Guerra e do Império. Grenfell recebera ordens superiores, de Cochrane, para retirar-se. Respondeu: *"nada me pode*

*induzir a faltar às ordens imperiais com que eu estou confiado."* Findara sua missão na Amazônia. Obtivera a aceitação à ordem imperial. Ajudara na pacificação, com energia, nas primeiras horas após o 15 de agosto. Cumprira, agora, as instruções de seu superior hierárquico. A incorporação da Amazônia ao Império, em que atuara seguramente, era um fato consumado. O movimento de Cameté em breve cederia à realidade dos novos tempos que se viriam viver. No baixo Amazonas, as forças do alto Amazonas, e de Santarém haviam assegurado êxito. Era a paz imediata.

A formação do Brasil principiara pela conquista do litoral. Durante séculos, a vasta costa representara a civilização que se construía. O Domínio do Mar era, portanto, fundamental. O *hinterland* incluía-se no espaço luso-brasileiro por obra de soldados, missionários, sertanistas, colonos, vindos de Portugal ou já frutos do processo de mestiçagem que caracterizava a sociedade em elaboração. Compusera capítulo admirável da história que se escrevia na Sul-América como página da aventura ultramarina da Europa. No litoral, no entanto, é que estava a seiva que explicava aquela expansão interior, pois de lá partia tudo. Agora, para consolidar a Independência, fora necessária a força naval que decidira do grande passo político. Ainda o mar e o litoral. Fora assim na Bahia e agora no Norte: Maranhão e Pará. Essa uma lição que devemos compreender na série de conferências que aqui se pronunciam. Por isso mesmo, o papel que Grenfell representou não pode deixar de ser entendido no que importou como ato político da maior significação.